

Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

Serviço social e extensão universitária na disputa por uma educação emancipatória

Social work and university extension in the dispute for an emancipatory education

Trabajo social y extensión universitaria en la disputa por una educación emancipadora



Francisca Rodrigues de Oliveira Pini

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Santos, São Paulo, Brasil
francisca.pini@unifesp.br



Pedro Egidio Nakasone

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Sao Paulo, Sao Paulo, Brasil
nakasone@unifesp.br



Juliana Oliveira Marzola dos Santos

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Santos, São Paulo, Brasil
juliana.marzola@unifesp.br

Resumo: O relato de experiência sistematizado faz parte das ações do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Crianças, Adolescentes e Família (GCAF), que consiste em um espaço interdisciplinar, de estudo e reflexão sobre os direitos das crianças, adolescentes e famílias na perspectiva dos direitos humanos. Vincula-se ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais (PPGSSPS), e ao curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Campus Baixada Santista, Instituto Saúde e Sociedade. Acorando-se

no princípio da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, busca promover reflexões sobre o serviço social e a extensão universitária e problematiza o lócus da extensão no projeto político pedagógico afirmando a educação emancipadora em contraponto com a lógica verticalizada da educação opressora. O percurso metodológico pautou-se na teoria do conhecimento de Paulo Freire (1997,2005,2020) e no debate da educação emancipadora, conforme, Ferraz (2019); Hooks(2017); Pini;Marzola; Bensadon (2020) e nas legislações vigentes sobre extensão universitária.

Palavras-chave: serviço social; extensão universitária; educação emancipadora.

Abstract: The systematized experience report is part of the actions of the Study, Research and Extension Group on Children, Adolescents and Family (GCAF), which consists of an interdisciplinary space for study and reflection on the rights of children, adolescents and families from the perspective of human rights. It is linked to the Graduate Program in Social Work and Social Policies (PPGSSPS), and to the undergraduate course in Social Work at the Federal University of São Paulo (UNIFESP), Campus Baixada Santista, Instituto Saúde e Sociedade. Anchored in the principle of inseparability of teaching, research and extension, it seeks to promote reflections on social service and university extension and problematizes the locus of extension in the political pedagogical project, affirming emancipatory education in counterpoint to the vertical logic of oppressive education. It was based on Paulo Freire's theory of knowledge (1997, 2005, 2020) and on the debate on emancipatory education, according to Ferraz (2019); Hooks(2017); Pini; Marzola; Bensadon (2020) and current legislation on university extension.

Keywords: social work; university extension; emancipatory education.

Resumen: El relato de experiencia sistematizado forma parte del accionar del Grupo de Estudio, Investigación y Extensión en Niñez, Adolescencia y Familia (GCAF), que consiste en un espacio interdisciplinario de estudio y reflexión sobre los derechos de la niñez, la adolescencia y la familia desde la perspectiva de la derechos humanos. Está vinculado al Programa de Posgrado en Trabajo Social y Políticas Sociales (PPGSSPS) y al curso de graduación en Trabajo Social de la Universidad Federal de São Paulo (UNIFESP), Campus Baixada Santista, Instituto Saúde e Sociedade. Anclada en el principio de inseparabilidad de la docencia, la investigación y la extensión, busca promover reflexiones sobre el servicio social y la extensión universitaria y problematiza el locus de la extensión en el proyecto político pedagógico, afirmando la educación emancipatoria en contrapunto a la lógica vertical de la educación opresiva. se basó en la teoría del conocimiento de Paulo Freire (1997, 2005, 2020) y en el debate sobre la educación emancipatoria, según Ferraz (2019); Hooks (2017); piní; Marzola; Bensadon (2020) y la legislación vigente en materia de extensión universitaria.

Palabras clave: trabajo social; extensión universitaria; educación emancipadora.

Data de submissão: 30/09/2022

Data de aprovação: 14/12/2022

Introdução

No contexto das comemorações dos 26 anos das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), quando o serviço social brasileiro aprofundou a direção social crítica da formação, comprometida com o significado social do ato de educar num movimento contrário à ordem capitalista, à medida que propõe uma educação comprometida com as lutas sociais e com a emancipação humana construímos esse relato de experiência, cujo objetivo é o de promover reflexões sobre o serviço social e a extensão universitária e problematizar o lócus da extensão no projeto político pedagógico afirmando a educação emancipadora em contraponto a lógica verticalizada da educação opressora.

A proposta curricular garantida na construção das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996), priorizou em seu eixo central a formação de discentes, por meio de uma permanente construção de conteúdo para intervir e analisar de forma consistente, crítica e comprometida com os processos sociais que legitimam a vida social. Dessa forma, entende-se que a efetivação de um projeto de formação profissional que assume tais responsabilidades remete diretamente a um conjunto de conhecimentos indissociáveis acerca da vida social, das particularidades da formação política e econômica do Brasil e do trabalho profissional do/a assistente social.

A grave crise vivenciada em nível internacional pelo modo de produção capitalista se acentuou com a pandemia da Covid-19, decretada pela Organização Mundial de Saúde, em março de 2020. Neste contexto, assegurar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão tem sido uma atuação de resistência no interior da Universidade Pública.

A extensão universitária é constitutiva do tripé do ensino superior brasileiro e expressa o compromisso social das Instituições de Ensino Superior com suas comunidades, organizações da sociedade civil e movimentos sociais, por meio de projetos, programas e outras ações de caráter extensionistas.

Importante ressaltar que essa relação da universidade e a comunidade, desde sua origem, buscou constituir parte da sua legitimidade social, por meio de atividades desenvolvidas junto aos diferentes grupos e coletivos, na forma de ações coordenadas por docentes e discentes em um amplo leque de espaços. Entretanto, essas ofertas às populações, na forma de cursos, oficinas e outros, inicialmente, eram associadas às práticas assistencialistas. Contudo, com o avanço da concepção educação emancipadora percebeu-se que a “atividade eminentemente assistencial às comunidades carentes se encontra afastada da busca de soluções para os problemas sociais, econômicos e culturais” (BRASIL, 2018, p. 4). As Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira ressaltam que:

Diante das novas demandas que o mundo globalizado impõe à universidade, é preciso definir, em relação ao marco legal, as diretrizes macro emanadas neste documento, que permitem conceber a extensão universitária como função potencializadora na formação dos estudantes e na capacidade de intervir em benefício da sociedade, aspecto essencial para que a universidade se realize como instrumento emancipatório do ponto de vista histórico, há de se esclarecer a lacuna sobre o tema no âmbito das políticas públicas (BRASIL, 2018, p. 4).

A redemocratização permitiu a retomada das discussões sobre o papel e o caráter social das instituições de ensino superior e sua contribuição para a construção de uma ideia de país, antecipando a efervescência do processo constituinte de 1988.

A Universidade de Brasília (UnB) sediou, em 1987, o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. De suas deliberações foi criado o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex), bem como o conceito e a institucionalização da extensão, recusando a condicionalidade do período militar e ampliando sua visão global para um modelo extensionista.

Este modelo evoluiu e esse conceito foi reafirmado na meta 12.7, da Lei nº 13.005/2014, do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), no artigo 3º da resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, deixando evidente o caráter da extensão nas instituições de ensino superior.

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018, s.p.).

Desse modo, refletir a contribuição da extensão como unidade formativa na graduação é ir além do contexto burocrático legal, é necessário “conhecer o que está além das fronteiras do aceitável, para pensar e repensar, para criar novas visões, celebro um ensino que permita as **transgressões** - um movimento contra as fronteiras e para além delas” (HOOKS, 2017, p. 24, grifo nosso).

Assim, apresentamos o relato de experiência do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Crianças, Adolescentes e Famílias (GCAF), por meio do Projeto de Extensão Vozes das Crianças, adolescentes e Jovens; Educação em Direitos Humanos, o qual tem desenvolvido uma relação que comunica com a sociedade os saberes construídos socialmente e por meio da educação emancipadora busca promover articulação do conhecimento científico com os saberes populares visando à formação de profissionais comprometidos com as lutas da classe trabalhadora e sobretudo dialoga com as questões relativas às relações de afeto LGBTQIAP+, a deficiência, o racismo, o patriarcado e demais marcadores sociais da diferença que são

condicionados pelo capitalismo e que nos individualizam ao invés de nos unir a partir da diversidade humana.

O percurso metodológico pautou-se na teoria do conhecimento de Paulo Freire (1997, 2005, 2020) e no debate da educação emancipadora conforme, Ferraz (2019); Hooks(2017); Pini; Marzola; Bensadon (2020) e nas legislações vigentes sobre extensão universitária.

O relato de experiência está estruturado em quatro seções. A introdução que apresenta objetivos e processo metodológico. Na segunda seção, o diálogo entre o Serviço social, a extensão universitária e a ênfase na educação em direitos humanos. Na terceira seção, reflexões sobre o projeto vozes das crianças, adolescentes e jovens: educação em direitos humanos e a intersecção raça/etnia, classe, gênero e deficiência, por fim, os desafios do tempo presente, com apontamentos relativos ao tripé ensino, pesquisa e extensão em tempos de precarização e desfinanciamento da educação.

Extensão Universitária e o Serviço social

A extensão universitária é assegurada na Constituição Federal de 1988 (CF), tendo em vista o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2020). Assim, a extensão passa a integrar as lógicas curriculares como forma de potencializar a relação entre teoria-prática “que supere a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem, e permita uma intensa convivência acadêmica entre professores, estudantes e sociedade” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA EM ENSINO E

PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996, p. 9). E, segundo o Forproex (2012), a extensão universitária é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade.

Para compreender a extensão, no contexto do Serviço Social, sob a orientação das Diretrizes Curriculares, nos valemos das reflexões de Ferraz (2019), o qual realiza um levantamento de seis edições do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e nove edições do Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (ENPESS), realizados no período de 2001 a 2018, e reúne 65 trabalhos, sendo 41 trabalhos de experiências de extensão de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e 24 de instituições privadas –, sob um leque variado de ações extensionistas em áreas de instituições do poder público, movimentos sociais e ONGs.

Os trabalhos evidenciam que a constituição de ações extensionistas nos cursos de Serviço Social são desenvolvidas no contexto de colegiados docentes que as assumem e as incorporam às suas atividades acadêmicas.

Tanto nas Diretrizes da ABEPSS (1996) quanto nas Diretrizes Curriculares aprovadas pelo MEC (1999) há o reconhecimento do princípio da indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão. Contudo elas estabelecem que “até 5% da carga horária total dos currículos plenos deve ser destinada a atividades complementares, podendo incluir monitoria, iniciação científica, pesquisa, extensão, seminários e outras atividades definidas no plano acadêmico do curso” (ASSOCIAÇÃO

BRASILEIRA EM ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1997, p. 72).

Isso, a priori, permite que se preconize nos cursos de graduação a necessidade de realização de atividades com caráter extensionista, mas não determina que seja parte que integra o processo de formação do discente na graduação, rompendo o princípio da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão.

Há duas décadas, mais centralmente, presenciamos a privatização do ensino superior, o sucateamento do ensino público e a precarização do trabalho docente, uma vez que, basicamente, nas IES privadas os docentes são remunerados por hora/aula e no ensino público rege-se a política da produtividade, sendo essa cultura o parâmetro para avaliação do desempenho docente/discente. O que, de muitas maneiras, dificulta a extensão universitária no processo formativo, uma vez que ela requer um investimento docente/discente/sociedade para sua realização. Podemos citar como uma das dificuldades o desfinanciamento das atividades extensionistas e a carga horária docente, as quais precisam concorrer com as dimensões do ensino e pesquisa.

Nesse sentido, existem inúmeros desafios que estão postos na atual conjuntura como o sucateamento da educação superior pública por meio do desfinanciamento e da precarização do ensino, pesquisa e extensão (ABEPSS,2009). Ainda que a Constituição Federal institua a educação no rol dos direitos sociais, assegurando o seu acesso de forma gratuita e universal, desde a sua regulamentação específica por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, a

educação vem sendo atacada de forma constante, principalmente por meio da ideologia neoliberal que transforma direitos sociais em mercadorias, uma vez que permite uma maior circulação de capital e a acumulação de lucros por trás da máscara da liberdade individual e do livre mercado (HARVEY, 2012).

Esse modelo de contrarreforma com base em uma redução da participação do Estado na vida social visa fortalecer o mercado e a educação é utilizada como força motriz. E a extensão universitária como um tripé indissociável da formação profissional vem sendo negada a milhares de discentes por não potencializar lucros. Ademais, o contexto histórico da educação sempre tratou a extensão de forma desigual, deixando-a com menos importância, reforçando, para tanto, o ensino por meio da graduação e a pesquisa através da pós-graduação (FERRAZ, 2019).

A forma que a educação superior brasileira se encontra estruturada visa “a difusão da ideia de ascensão social por meio do diploma universitário” (FERRAREZ, 2020, p. 144). E tal panorama pode ser analisado a partir dos dados do Censo da Educação Superior do ano de 2020, publicizados em 2022 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pelo MEC. O país atualmente possui 2.457 IES, sendo que 87,6% (2.153) são IES privadas e 12,4% (304) públicas. E no ano de 2020, dos mais de 3,7 milhões de novos estudantes, 53,4% (2 milhões) optaram ou foram direcionados para a modalidade EaD e 46,6% (1,7 milhão) pela modalidade presencial. Sendo que os dados do Censo apontam para a queda de

ingressantes nas instituições públicas (INEP, 2022). O que, em muitos casos, está associada ao desfinanciamento do ensino superior público e os constantes cortes para a permanência estudantil.

Em contraponto, ao se realizar um recorte na área do Serviço Social, a partir dos Anais do 9º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU, 2021), verificou-se a ausência de extensões no âmbito das instituições privadas e que as extensões universitárias do Serviço Social estão localizadas no ensino superior público, que, por hora, ainda não contempla formações na modalidade EaD. Todavia, o projeto neoliberal e de desmonte das instituições públicas caminha, conforme se observa pela criação do Programa para Expansão da Educação a Distância nas Universidades Públicas Federais – Reuni Digital. O Programa visa iniciar testes com 5.020 vagas em 14 cursos de graduação em diversas regiões do país com vistas a atingir os indicadores nacionais e internacionais de ampliação da educação superior brasileira (BRASIL, 2022).

Desse modo, observa-se, que o direito objetivo da educação passa pela lógica do mercado e o Estado brasileiro procura minimizar os gastos sociais em educação com esse modelo; e a extensão universitária acaba não sendo consolidada de forma direta para todos. Como potencializar a extensão universitária na modalidade EaD? Como compartilhar saberes com a sociedade sem adentrar aos espaços em que a população está inserida? E como pensar em devolutivas sociais em tempos que as ciências humanas vêm sendo atacadas em prol de cursos tecnicistas? Esses dilemas nos desafiam a pensar na formação profissional,

em especial do Serviço Social, cuja direção social visa a democracia, a liberdade e o fortalecimento dos direitos sociais e os direitos humanos.

A Política Nacional de Extensão Universitária (2012) destaca a necessidade da articulação entre a Universidade e a sociedade em geral como contrapartida social da acumulação de conhecimento, como forma de desenvolver uma sociedade comprometida com a emancipação humana, foco que também margeia o projeto ético-político do Serviço Social. Sendo assim, as extensões devem buscar “falar sobre a superação de uma ordem social implicada historicamente em negar a existência, enquanto sujeito, de crianças, adolescentes e tantos outros grupos sociais explorados e destituídos de direitos pelo capital” (SILVA; FAVERO, 2022, p. 14). Desse modo, a disputa de Universidade é por um projeto de educação que assegure os interesses dos filhos e filhas da classe trabalhadora e reafirme a função social no ensino, pesquisa e extensão.

A Potencialidade da Educação em Direitos Humanos na Extensão Universitária

Abordar a Educação em Direitos Humanos é promover a diversidade humana e em tempos de barbárie, “sobretudo em decorrência da supressão dos direitos e do processo de pauperização em contexto de avanço acelerado do reacionarismo e do conservadorismo no Brasil” (BOSCHETTI, 2017, p. 54); reafirmando os direitos conquistados tendo como eixo orientador informá-los sobre a constante luta para a manutenção

deles. Demonstrando que apesar de consolidados, os direitos sofrem ataques e retrocessos e que somente por meio da articulação coletiva é que podemos manter e ampliar um panorama de respeito e de dignidade à vida.

Nesse sentido, os retrocessos não estão apenas na esfera educacional, mas no modo de se viver a vida. A agudização da barbárie afeta a todos, mas existem grupos que são historicamente desprestigiados pelas políticas públicas e que se acentuam em tempos de negacionismo da vida e das políticas sociais. O controle dos corpos por meio da raça, gênero e classe é uma constante em nossa sociedade, sendo “concebido como um mecanismo de dominação de uma classe sobre a outra e que exerce o controle do metabolismo social para a manutenção do sistema capitalista” (NAKASONE; SANTOS, 2021, p. 122). Desse modo, falar em Direitos Humanos, na atual conjuntura, é romper com a educação opressora (HOOKS, 2017; FREIRE, 2005) e construir com a diversidade social possibilidades para uma educação crítica em direitos humanos.

Por isso, partimos da concepção da educação emancipadora como aquela em que os sujeitos sociais, únicos seres que, social e historicamente são capazes de aprender e transformar a realidade, por meio de processos sucessivos e a relação ensino e aprendizagem é uma aventura criadora, o que difere da meramente repetição de conteúdos. Aprender é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco, rigorosidade metódica, pesquisa, respeito aos saberes das pessoas envolvidas, diálogo, ética e reconhecimento de que somos seres inconclusos (FREIRE, 1996).

Ao se destacar uma política educacional comprometida com uma práxis emancipadora, é necessário:

[...] pensarmos em termos decisivamente freirianos –, de fazer emergir a resistência necessária comprometida com a democracia e com os saberes plurais, estes enraizados na sociedade, transformando a realidade social, assim como a reflexão apoiada em práticas emancipatórias, para transformar essa conjuntura tão nefasta. Mas, principalmente, se faz necessário compreender que essas práticas só se realizam em um movimento projetivo e continuado de luta contra os avanços do capital e pela superação deste, buscando as prerrogativas tão necessárias para a emancipação humana e política de forma radical, contra todas as formas de opressão e contra um sistema que tem como base a exploração da classe trabalhadora (SILVA FÀVERO, 2022, p. 15).

O saber não é posse, ele é possibilidade. E a extensão universitária em conjunto com o ensino e a pesquisa permitem a possibilidade de ampliar o conhecimento sobre a realidade social de forma a apreender os impactos da intervenção sobre os sujeitos e como as violações de direitos ocorrem. Todavia, esse é o grande dilema vivenciado no processo formativo atual, pois o saber está atrelado ao conhecimento científico tecnicista e por vezes, opressor. A formação profissional, em grande medida, está vinculada a aquisição do diploma, sem a devida problematização da realidade social, por meio de um denso trato teórico para

apreensão da totalidade dos fatos e não vê-las somente de modo fenomênico.

Na perspectiva da educação popular, Brandão (2022) nos convoca a analisar que sua práxis não altera somente o espaço onde ela ocorre, mas transforma social e coletivamente. Os sujeitos do processo também se modificam a partir do pensar e executar as ações coletivas. Esse movimento que poderia compor o trabalho profissional do/a assistente social no cotidiano exige articulação em todos os momentos da graduação para que a práxis em prol da democracia, liberdade e consolidação da participação ativa seja efetivamente assegurada.

Nesse sentido, a extensão universitária se articula com o ensino e a pesquisa para a construção da democracia, não sendo um “componente curricular” ou uma prática interventiva, mas, sobretudo, reflexão-intervenção-sistematização no interior do currículo, que assegura a comunicação direta com a sociedade e promove unidade entre ensino, extensão e pesquisa. Ainda que a realidade apresentada seja a de retrocessos sociais, advogar em prol da democracia, dos direitos humanos e da educação em direitos nunca se fez tão necessário em tempos tão nefastos de obscurantismo da ciência e das relações sociais.

A implantação da curricularização está regulamentada, por meio da Resolução nº 7, de 2018, em que o Ministério da Educação estabelece a incorporação da extensão em todos os cursos superiores do Brasil até 2023, o que poderá potencializar projetos de extensão, com a perspectiva comprometida com os Direitos Humanos e a Educação em Direitos Humanos. Esse debate nas IES exige, portanto, a inserção em seus projetos

políticos-pedagógicos da concepção de extensão e da respectiva materialização nas matrizes curriculares do percentual de 10% da extensão curricularizada. Importante ressaltar que a Resolução ainda coloca a extensão para a Pós-Graduação, porém, de forma optativa. Sendo assim, percebe-se o avanço do ponto de vista da extensão e o desafio em ampliar o processo educacional com inserção social.

Desde 2003, o Brasil adotou a concepção de educação em direitos humanos formulada no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos:

[...] A educação em direitos humanos é compreendida como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões: • apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; • afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; • formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político; • desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; • fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações (BRASIL, PNEDH, 2022, p.11).

Essa perspectiva teórica de promover a curricularização também se mostra como um imenso desafio diante da lógica do desmonte da Universidade e a extensão como projeto de educação transgressora pode ser inserido de forma precarizada, contrariando suas diretrizes no interior das IES.

Todavia, essa obrigatoriedade nos demonstra que haverá um espaço a ser disputado no orçamento público e no interior dos projetos políticos-pedagógicos da graduação e de forma mais processual, na pós-graduação, para potencializar uma educação crítica, comprometida com uma práxis de transformação da realidade social.

O projeto vozes das crianças, adolescentes e jovens: educação em direitos humanos e a intersecção raça/etnia, classe, gênero e deficiência

O Projeto Vozes orienta-se pela concepção da educação emancipadora e pela educação como prática da liberdade e transgressora, conforme pontuam Freire (1996), Brandão (2022) e Hooks (2017).

Partir da realidade e reconhecer a cultura dos sujeitos compõem o processo metodológico da extensão. O processo formativo das/os extensionistas e os encontros com as crianças, adolescentes e jovens realizam-se por meio de Círculos de Cultura, “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1996, p. 25), enfatizando o papel do/da extensionista como aquele/a que promove a análise crítica

sobre o mundo vivido, por meio dos Círculos de Cultura, espaços de comunicação horizontal, democrático e de reciprocidade.

Dessa forma, em um primeiro momento, as/os extensionistas passam por um processo formativo inicial para subsidiar o planejamento dos percursos educativos e a prática nos campos de atuação, trazendo temáticas na área da educação em direitos humanos e sua transversalidade com as questões de: classe, relações de sexo, raça/etnias, geração e deficiência. Em seguida, os percursos educativos são formulados pelas/os estudantes a partir dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes promulgados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990).

Por isso, o ponto de partida do Projeto de Extensão **Vozes** é a formação das/dos extensionistas pautada na educação emancipadora e popular, e sua transversalidade com as questões: classe, gênero, raça/etnias, geração e deficiência; além de fomentar a Leitura do Mundo inicial para que, posteriormente, os/as estudantes façam o planejamento de cada Círculo de Cultura, de forma que esteja adequado à faixa etária e ao território dos sujeitos.

Estes encontros formativos são realizados por estudantes pesquisadores/as e professores/as, acerca da doutrina de proteção integral, educação emancipadora, da concepção de infância e adolescência; das diferentes linguagens a serem utilizadas na educação; da questão étnico-racial e o racismo estrutural e institucional; da criminalização da pobreza e da seletividade; da interdisciplinaridade; da convivência com a

diferença, com ênfase na temática LGBTQIAP+ e da pessoa com deficiência e o capacitismo.

A Educação em Direitos Humanos engloba tais processos, por partir da historicidade dos acontecimentos, a vivência dos princípios e valores dos direitos humanos e a promoção de formação que contribua com mudanças de atitudes e posturas que reconheçam e convivam com a diferença na diversidade (PINI; SILVA, 2020).

Em seguida, os/as extensionistas vão a campo para realizarem os Círculos de Cultura temáticos com os/as sujeitos sociais. Ao longo do desenvolvimento da atuação extensionista também são feitos encontros de compartilhamentos e formação semanal, os quais contribuem com a rigorosidade metódica e incorporam as contribuições trazidas dos encontros com os/as sujeitos/as (FREIRE, 1996). Assim, o ato de educar parte da realidade dos/as sujeitos envolvidos/as, visando à construção coletiva de uma cultura de educação transgressora, em que as vozes de todes/as/os são asseguradas.

Um dos saberes necessários à prática educativa é a corporificação da palavra pelo exemplo (FREIRE, 1996), isso implica coerência entre aquilo que se diz e aquilo que se faz. Por isso, em todos os Círculos de Cultura, ao longo deste um ano e meio de vida do Projeto¹, buscou-se reconhecer e combater preconceitos e educar para conviver com a diferença.

Desta forma, a Universidade que reconhece a democracia do saber, amplia o debate das questões de classe, gênero,

¹ Desde 2021, o Projeto já esteve em 10 espaços diferentes, tatuando, por meio da extensão com grupos de 10 a 15 crianças, adolescentes e/ou jovens em cada um destes.

raça-etnia, LGBTQIAP+ e deficiência trabalhadas com os grupos, de forma a incentivá-los a reivindicar os seus direitos e compreender a importância da luta coletiva no processo de conquista de direitos, como se pode observar nos relatos publicados no E-book “Educação em Direitos Humanos – construída com as vozes das crianças, adolescentes e jovens” (PINI; MARZOLA; BENSADON, 2022) em que as/os extensionistas e educadores/as dos espaços trouxeram as falas das crianças, adolescentes e jovens durante os Círculos de Cultura e narraram este processo vivido na extensão:

A mesma aluna que relatou ter chorado ao ver uma boneca negra parece ter entendido através dos diálogos sobre a complexidade do tema e o quanto somos uma sociedade imatura quando se trata do racismo. Foi observado o interesse pelo tema propiciado pelo “Vozes” na escolha do livro da sala de leitura “Na minha pele” do autor Lázaro Ramos, a aluna nos contou que estava tentando entender como funciona o racismo dentro da sociedade. As escolas públicas estaduais para apoio na implementação da Lei 10.639/03 e suporte a educação antirracista receberam kits de livros paradidáticos que trazem a temática da cultura afro-brasileira e africana na escola, porém muitas vezes nem os próprios docentes se apropriaram destas leituras. Sem regras e sem ordens a aluna por interesse pessoal retirou um desses livros mostrando a importância de trabalhos como esses que visam discutir temas pertinentes a sociedade (NAKASONE, *et al.* 2022, p. 95-96).

Isso posto, temas como o racismo estrutural e institucional, a branquitude, o genocídio indígena, os papéis de gênero impostos pela sociedade patriarcal capitalista, a exclusão de pessoas com deficiência da sociabilidade e a desigualdade social e econômica são trabalhados com as crianças, adolescentes e

jovens, por meio das diferentes linguagens: músicas, vídeos, materiais visuais, brincadeiras, dinâmicas e debates. O compromisso com a construção de uma educação antirracista, antipatriarcal, anticapacitista e antilgbtqiap+fóbica faz parte da concepção da educação emancipadora, com a qual o Projeto se vincula. Os sujeitos envolvidos, por diversas vezes, apontaram como parte essencial tanto para a formação profissional dos/as extensionistas, quanto para as crianças, adolescentes e jovens interesse nos assuntos abordados por trazer sentido ao seu contexto social.

Desta forma, visa-se trazer o processo sócio-histórico brasileiro, com a perspectiva de compreensão da totalidade elucidando concretamente o abismo social criado entre o processo incompleto de abolição até a atual conjuntura; solidificando o entendimento coletivo sobre o racismo, possibilitando a construção de uma educação para as relações étnico-raciais, em que as culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas estarão presentes, conforme já conquistado nas leis 10.639/03 e 11.645/2008, que altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Sabemos que a educação antirracista, antipatriarcal, anticapacitista e antilgbtqiap+fóbica é incompatível com a estrutura do sistema capitalista, No entanto, atuamos nas fissuras desse sistema em um processo permanente, rumo a uma sociedade sem classes. Dessa maneira, a disputa pelo

projeto de educação emancipadora expressa-se pela práxis cotidiana, quando nos debates com as infâncias, adolescências e juventudes é manifestado que a educação do silenciamento, análoga à educação bancária (FREIRE, 2005) não responde aos anseios dos sujeitos e, por isso, a educação como prática da liberdade busca romper com a lógica hierarquizada e autoritária, para quem as pessoas sintam-se sujeitos do processo de modo a construí-lo com suas vozes (HOOKS, 2017).

Apesar das adversidades que surgem durante o processo, o que mantém as/os extensionistas mobilizados/as é perceber o sentido e o significado da comunicação com as crianças e o poder transformador do conhecimento (FREIRE, 2020). A educação popular como *lócus* da atuação permite a apreensão da realidade vivida pelas crianças, adolescentes e jovens, tal qual Freire (1996) defende:

[...] porque não discutir com os alunos a realidade concreta que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é mais com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamental aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida neste descaso? (FREIRE, 1996, p. 33-34).

Deste modo, ressalta-se a relevância da extensão universitária para a formação profissional dos/as discentes, visto que esta traz o “desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade” e a “identificação das demandas presentes

na sociedade” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA EM ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996), além de aproximar da comunidade com uma atuação para além dos muros da Universidade, devolvendo à sociedade o saber que dela se origina, podendo, inclusive, subsidiar pesquisas e abrir portas para transformações sociais.

Por fim, os Círculos de Cultura, com os temas oriundos dos direitos fundamentais das crianças, adolescentes e jovens desenvolvidos pelo Projeto *Vozes*, vêm constituindo-se em um processo coletivo de conhecimento, no qual, educando/a e extensionistas, ao socializar suas vivências e conhecimentos, constroem uma leitura crítica da realidade, visando sua transformação, pois como pontua Paulo Freire (1996, p. 9), “formar é muito mais do que puramente treinar o educando/a para o desempenho de destrezas”. Este comprometimento em apreender e conhecer a educação emancipadora propicia o conhecimento dos seus próprios direitos, promove asas e permite identificar as diferentes formas de ser e estar no mundo.

Desafios para o tempo presente

O desenvolvimento do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Crianças, Adolescentes e Famílias (GCAF) tem possibilitado a articulação dos/das estudantes de graduação e pós-graduação, por meio da convivência democrática mediada por um processo social, em que o sentido da Universidade Pública Popular se expressa nos estudos, nas pesquisas e nas extensões. A construção desse espaço interdisciplinar nos

provoca a despir de visões endógenas e permitir a análise crítica do real com várias profissões, a partir de uma visão de mundo que pressupõe o respeito ao ser social na sua singularidade e universalidade.

Em tempos de barbárie, impulsionar processos de ensino, pesquisa e extensão, pautada na educação emancipadora é caminhar de forma contraditória a sociabilidade burguesa.

Esses processos têm construído mediações com a vida cotidiana, desvelando a realidade e possibilitando adensamento das expressões da questão social e a compreensão do modos como as infâncias, adolescências e juventudes são impactadas com o agravamento da crise do capital.

Nessa relação, extensionistas, educadores/as, crianças, adolescentes, jovens e suas famílias foram modificados por meio da educação transgressora e a Universidade Pública cumprindo sua função social de forma mais densa, por meio do ensino, pesquisa e extensão universitária.

Entretanto, esse projeto está em construção na esteira da Universidade Pública, que ainda constrói ciência para a sociedade e pouco com ela. Os espaços da Universidade não são apropriados pela maioria da classe trabalhadora, aliás, em seu conjunto há muito desconhecimento sobre a sua função social. Por isso, a sociedade democrática exige como um dos pilares, o compromisso da Universidade Pública com a construção coletiva e a socialização do conhecimento.

Todavia, os desafios postos na atualidade, com a lógica de uma educação bancária, processos aligeirados de formação,

desfinanciamento da educação servem a manutenção do *status quo* capitalista.

O Serviço Social brasileiro tem um vasto caminho trilhado no referencial crítico emancipador. O desafio em relação à extensão universitária é garantir o mesmo rigor científico desenvolvido na pesquisa e no ensino nos referidos projetos políticos pedagógicos afirmando a educação emancipadora em contraponto a lógica verticalizada da educação opressora, no contexto da curricularização e demonstrar que conhecimento não se faz a parte da sociedade, mas sim com a sociedade na direção de uma outra sociabilidade em que as opressões de classe, gênero, raça/etnia e deficiência serão superadas.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). DESAFIOS À FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE CRISE MUNDIAL – A ABEPSS NAS ATIVIDADES COMEMORATIVAS DE 15 DE MAIO DE 2009. **TEMPORALIS**. BRASÍLIA: ABEPSS, N. 17, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL. DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. **CADERNOS ABESS: FORMAÇÃO PROFISSIONAL: TRAJETOS E DESAFIOS**, SÃO PAULO, CORTEZ, N. 7, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**. RIO DE JANEIRO: ABEPSS, 1996.

BOSCHETTI, IVANETE. AGUDIZAÇÃO DA BARBÁRIE E DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL. **SERV. Soc. Soc.**, SÃO PAULO, N. 128, P. 54-71, JAN./ABR. 2017. [HTTPS://DOI.ORG/10.1590/0101-6628.093](https://doi.org/10.1590/0101-6628.093)

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **MEC LANÇA PROGRAMA PARA FOMENTAR A EXPANSÃO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS**. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.GOV.BR/MEC/PT-BR/ASSUNTOS/NOTICIAS/MEC-LANCA-PROGRAMA-PARA-FOMENTAR-A-EXPANSAO-DE-EDUCACAO-A-DISTANCIA-NAS-UNIVERSIDADES-FEDERAIS](https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-programa-para-fomentar-a-expansao-de-educacao-a-distancia-nas-universidades-federais). ACESSO EM: 24 JUL. 2022.

BRASIL. [CONSTITUIÇÃO (1988)]. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. BRASÍLIA, DF: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, [2020]. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/CONSTITUICAO/CONSTITUICAOCOMPILADO.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). ACESSO EM: 25 JUL. 2022.

BRASIL. **LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003**. ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, PARA INCLUIR NO CURRÍCULO OFICIAL DA REDE DE ENSINO A OBRIGATORIEDADE DA TEMÁTICA "HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. BRASÍLIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2003. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/LEIS/2003/L10.639.HTM](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm). ACESSO EM: 13 DE DEZ. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.GOV.BR/MDH/PT-BR/NAVEGUE-POR-TEMAS/EDUCACAO-EM-DIREITOS-HUMANOS/DIAGRMAOPNEDH.PDF](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/diagramaopnedh.pdf). ACESSO EM: 13 DEZ.2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **RESOLUÇÃO Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2012.** ESTABELECE DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, BRASÍLIA, 2012. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.GOV.BR/MDH/PT-BR/NAVEGUE-POR-TEMAS/EDUCACAO-EM-DIREITOS-HUMANOS/DIRETRIZESNACIONAISEDH.PDF](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/diretrizes-nacionais-edh.pdf). ACESSO EM: 4 AGO.2022

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº. 07, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018.** ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA A EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA E REGIMENTA O DISPOSTO NA META 12.7 DA LEI Nº. 13.005/2014 QUE APROVA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE 2014-2024 E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS. DISPONÍVEL: [HTTP://WWW.IN.GOV.BR/MATERIA/-/ASSET_PUBLISHER/KUJRW0TZC2MB/CONTENT/ID/55877808](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KUJRW0TZC2MB/content/id/55877808). ACESSO EM: 10 AGO.2022.

BRANDÃO, C. CULTURA POPULAR: OS FUNDAMENTOS DO SISTEMA PAULO FREIRE. IN: PINI, FRANCISCA; MARZOLA, JULIANA; BENSADON, M. R. (ORGS). **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS CONSTRUÍDA COM AS VOZES DAS CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS.** SÃO PAULO: INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS PAULO FREIRE, 2022, p. 25-49.

CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. **REDES PARA PROMOVER E DEFENDER OS DIREITOS HUMANOS.** ANAIS (9.21). BELO HORIZONTE: PROEX/UFMG, 2021.

FERRAREZ, C. S. CONTRARREFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS PRINCIPAIS ASPECTOS SOBRE A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO BRASILEIRO. A POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA BRASILEIRA EM QUESTÃO: CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E RETROCESSOS REFORMISTAS. IN: BARCELLOS W. S.; DUARTE, M. J. O. (ORGS). **POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS EM CONTEXTOS DE CRISE: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS.** BELO HORIZONTE: EDUEMG, 2020, p. 143-162.

FERRAZ, A. P. **SERVIÇO SOCIAL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:** REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL. 2019. TESE (DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL). PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM SERVIÇO SOCIAL - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA: SÃO PAULO, 2019.

FREIRE. P. **EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE.** RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 2020.

- FREIRE, P. **A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO**. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 2005.
- FREIRE, P. **PEDAGOGIA DA AUTONOMIA**. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 1996.
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**. MANAUS: FORPROEX, 2012.
- HARVEY, D. **O ENIGMA DO CAPITAL**. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2012.
- HOOKS, BELL. **ENSINANDO A TRANSGREDIR**. SÃO PAULO: EDITORA WMF MARTINS FONTES, 2017.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **SINOPSE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2020**. BRASÍLIA: INEP, 2022. DISPONÍVEL EM:
[HTTPS://WWW.GOV.BR/INEP/PT-BR/ACESSO-A-INFORMACAO/DADOS-ABERTOS/SINOPSES-ESTATISTICAS/EDUCACAO-SUPERIOR-GRADUACAO](https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao). ACESSO EM: 24 JUL. 2022.
- NAKASONE, P.E; SANTOS, J. O. M. O CONTROLE SOCIAL DO ESTADO SOBRE A JUVENTUDE NEGRA BRASILEIRA. **ARGUMENTUM**, 2021. v. 13, n. 3, p. 121–133. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://DOI.ORG/10.47456/ARGUMENTUM.V13I3.35385](https://doi.org/10.47456/argumentum.v13i3.35385). ACESSO EM: 24 JUL. 2022.
- NAKASONE, P.E. *ET AL.* EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E O DIREITO SUBJETIVO À EDUCAÇÃO. *IN*: PINI, FRANCISCA; MARZOLA, JULIANA; BENSADON, M. R. (ORGS). **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS CONSTRUÍDA COM AS VOZES DAS CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS**. SÃO PAULO: INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS PAULO FREIRE, 2022, p. 88-98.
- PINI, FRANCISCA; MARZOLA, JULIANA; BENSADON, M. R. (ORGS). **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS CONSTRUÍDA COM AS VOZES DAS CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS**. SÃO PAULO: INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS PAULO FREIRE, 2022, p. 88-98.
- PINI, FRANCISCA; SILVA, MARIA LIDUÍNA DE. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. *IN*: FÁVERO, E.; PINI, FRANCISCA; OLIVEIRA E SILVA. **ECA E A PROTEÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**. 1. ED. — SÃO PAULO: CORTEZ, 2020, p. 163/180.
- SILVA, M. L. O.; FÁVERO, E. T. UMA EXTENSÃO GUIADA PELO ESPERANÇAR FREIRIANO! *IN*: PINI, FRANCISCA; MARZOLA, JULIANA; BENSADON, M. R. (ORGS). **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS CONSTRUÍDA COM AS VOZES DAS CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS**. SÃO PAULO: INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS PAULO FREIRE, 2022. (E-BOOK).